



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Cultura

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Da Comissão de Cultura)

Requer que se inclua a Comissão de Cultura na análise de mérito da proposição do Projeto de Lei nº 4.356, de 2019.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso I e 117, inciso XIX, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que o Projeto de Lei nº 4.356, de 2019, de autoria do Deputado Gilson Marques, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões e dá outras providências, que se inclua à Comissão de Cultura na análise de mérito.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 4.356, de 2019, foi apresentado nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposição pretende revogar os artigos 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.533 de 24 de maio de 1978, de modo a retirar a obrigatoriedade imposta aos artistas e técnicos de espetáculos de diversões (pessoas físicas ou jurídicas), de efetuarem o registro para o exercício profissional no extinto Ministério do Trabalho (hoje órgão incorporado à estrutura do Ministério da Economia). Faz isso, no entanto, sem retirar quaisquer outros direitos ou obrigações que já estão legalmente previstos. O Projeto de Lei sustenta sua justificação no argumento de que a Constituição Federal de 1988 não teria recepcionado esses dispositivos, na medida em que seu art. 5º, inciso IX, estabelece que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. ”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Cultura

No entanto, esse entendimento nem sempre é tão uniforme quanto a Justificação da proposição apresenta. Além disso, o que ocorre de fato é que as atividades que seriam atingidas pelo Projeto de Lei nº 4.356, de 2019, são efetivamente reguladas e de competência do Ministério da Economia, que dispõe de conselho para efetuar a fiscalização trabalhista prevista em lei.

Ao longo das décadas, o mercado e os artistas desenvolveram e continuam a desenvolver suas atividades profissionais levando em conta a regulação constante na lei que se pretende alterar. Cumprem, inclusive, padrões internacionais para itinerâncias de espetáculo, bem como artistas e técnicos dispõem de garantias de acordo com as leis estabelecidas para segurança e trânsito no estrangeiro.

Foram muitas ações e movimentos da cultura para que se chegasse à maturação e à formalização trabalhista consolidada na Lei n. 6533/1978. Os setores artístico-culturais referidos nessa norma legal, entre os quais Microempreendedores Individuais (MEI), bem como as garantias de previdência privada e a normatização constante na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) fazem parte do arcabouço normativo desse setor da cultura. Os títulos garantem maior qualidade aos profissionais da área, pois a norma legal em discussão estabelece competências com reflexos diretos e evidentes na seara cultural, aspecto que precisa ser mantido tal como está na legislação. Por essas razões, trata-se de proposta altamente impactante para o setor cultural e que deve ser analisada no mérito na Comissão de Cultura.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Benedita da Silva

Presidenta